

Os critérios para organização do guia do livro didático

The criteria for organizing the textbook guide

Geovanna Gonçalves de Sousa¹
Eliane Gonçalves Costa Anderi²

329

Resumo: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) criado em 1937 tem o intuito de promover a distribuição de livros didáticos para as escolas da rede pública brasileira de forma gratuita. Interessa ao presente trabalho compreender quais foram os critérios que o MEC utilizou, no período de 2006 a 2017 para recomendar, a adoção de livro didático de alfabetização, às escolas da rede pública do país? Para tanto, foi utilizada a metodologia da pesquisa qualitativa, por meio da pesquisa documental analisando documentos oficiais e trabalhos acadêmicos que subsidiassem a presente pesquisa, tendo como objeto o Guia do livro didático. Concluiu-se que no decorrer dos anos, os elementos de análise foram sendo ampliados, aumentando o nível de exigência dos livros didáticos, mas mantendo a maioria dos critérios.

Palavras-chave: Livro didático. Critérios. Guia do livro didático.

Abstract: The National Textbook Program (PNLD) created in 1937 aims to promote the free distribution of textbooks to public schools in Brazil. The present work is interested in understanding what were the criteria that MEC used, in the period from 2006 to 2017, to recommend the adoption of a literacy textbook to public schools in the country? For this purpose, a qualitative research methodology was used, through documental research, analyzing official and academic documents that supported this research, having as object the Textbook Guide. It was concluded that over the years, the elements of analysis have been expanded, increasing the level of demand for textbooks, but maintaining most of the criteria.

Keywords: Textbook. Criteria. Textbook guide.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – Anápolis – CSEH – Nelson de Abreu Júnior. Especialista em estudos literários e ensino de literatura pela Universidade Federal de Goiás – Goiânia. cursando Mestrado no PPG IELT da Universidade Estadual de Goiás (endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, Nº 146, Jundiá, Anápolis/GO, CEP: 75110-390). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5760-1645>.

² Doutora em Educação pela pontifícia Universidade Católica de Goiás (2017). Atualmente, é professora do quadro permanente da Universidade Estadual de Goiás atuando no curso de pedagogia da Unidade Universitária CSEH Nelson de Abreu Junior na cidade de Anápolis. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação (mestrado) em Educação na Unidade de Inhumas. E-mail elicosta1@yahoo.com.br

Recebido em: 20/06/2023

Aprovado em: 18/09/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



INTRODUÇÃO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado com o intuito de promover a distribuição de livros didáticos para as escolas da rede pública brasileira de forma gratuita. Foi instituído em 21 de dezembro de 1937, de acordo com o Decreto-Lei nº 93, com o nome de Instituto Nacional do Livro, sendo esse um dos primeiros nomes que o programa recebeu ao longo do tempo. Atualmente, o PNLD foi unificado com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), de acordo com o Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017, passando a assumir então o nome de Programa Nacional do Livro e do Material Didático, porém, mantendo a sigla antiga (PNLD).

Nesse estudo, investigou-se o período de 2006 a 2017, com o objetivo de compreender quais foram os critérios que o MEC utilizou para recomendar a adoção do livro didático de alfabetização, às escolas da rede pública do país. Para tanto, examinou-se documentos oficiais e os Guias³ do PNLD. O acesso a esses guias foi obtido em dois links diferentes, sendo os mais antigos no *site* do FNDE e os atuais no Guia Digital PNLD.

Vale ressaltar que nos Guias é que estarão relacionados os livros que foram submetidos à avaliação, ou seja, aqueles que foram considerados adequados pela equipe de especialistas *ad doc.* do MEC. Isto é, trata-se dos livros que resultam dos editais que orientam as editoras a produzirem materiais que serão analisados, que poderão, inclusive, serem selecionados e distribuídos para as escolas públicas brasileiras.

Para atingir o objetivo, fez-se uso da pesquisa qualitativa que busca nos fundamentos teóricos compreender os fatos da realidade, obtendo análises mais profundas e contribuindo com a qualidade da pesquisa. Segundo Neves (1996), na pesquisa qualitativa existem ao menos três possibilidades de abordagem de pesquisa, a saber: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. No presente trabalho, usar-se-á a abordagem da pesquisa documental, que para o autor Vieira (2010), trata-se da análise de documentos considerados oficiais, que são os de domínio público resguardado por lei, que transportam elementos históricos da sociedade

³ Guia do livro didático: são documentos oficiais criados para auxiliar o professor na escolha do livro didático da sua instituição de ensino, contendo em si, obras didáticas e classificações. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/inicio. (Atuais) e <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld> (Antigos). Acesso em: 06/09/2021.

daquele período, além de dar ao pesquisador a oportunidade de explorar e buscar novidades dentro do tema. Desta maneira, a coleta de dados foi obtida exclusivamente por meio dos documentos oficiais selecionados e de literatura acadêmica que favoreçam a cientificidade dos resultados.

OS GUIAS DE ORIENTAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO: DA ESCOLHA À DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS

O Guia do livro didático é um documento oficial criado para auxiliar o professor na escolha do livro didático da sua instituição de ensino, contendo em si, resenhas das obras didáticas que foram enviadas pelas editoras, que seguem o padrão do MEC e observações sobre tais materiais. Porém, não foi sempre assim que se chamou, pois de 1985 a 1992 ficou conhecido como Manual do Livro Didático pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Ao que indica o Manual de Escolha do Livro Didático de 1985, o primeiro existente, considerando a fala do presidente da FAE, na época (Carlos Pereira de Carvalho e Silva) é possível perceber que ele foi criado em função de problemas daquele período. Vale ressaltar que o país estava saindo de uma ditadura militar que durou 21 anos, além disso, que foi marcada pela censura e pelo silenciamento de muitas vozes.

No manual de 1985, o presidente da FAE apresenta, em seu discurso, indicativos da necessidade de sua criação, pois segundo o documento, a FAE estaria reiniciando o PNLN, como se vê a seguir:

Começar de novo... Vai valer a pena!

Em agosto, você, provavelmente, participou da escolha dos livros em sua escola.

Mas agora é preciso uma NOVA ESCOLHA (sic), porque:

- Muitos professores e escolas pensaram que só podiam escolher livros dos catálogos de propaganda de algumas editoras!
- Muitas escolas indicaram seus livros em modelos de formulário não oficial, de propaganda de editoras!
- Muitos professores não foram consultados!

A FAE, no entanto, insiste:

- **Sem professor não há escolha!**

(FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE, 1985, p. 03).

Como se pode perceber no texto, alguns professores não estavam sendo consultados sobre a escolha do livro que ele iria utilizar em sua sala de aula. O texto sugere que, outras pessoas estavam fazendo escolhas influenciadas ou induzidas pelas editoras, que, provavelmente, já haviam pré-definido o livro que seria apresentado ao professor, não lhe assegurando as condições, a liberdade e autonomia do poder de fazer a escolha, pois, pelo que se deduz da fala do diretor da FAE, o professor só tinha acesso a uma obra e de uma editora e, talvez, já recebesse o formulário, oferecido pela editora, previamente preenchido. Por esse motivo, é criado o Manual/Guia para que a partir dele o professor tivesse um leque de opções para escolher, fazendo isso num processo “dialogando” com a FAE. Portanto, esse primeiro Manual/Guia é destinado para, de acordo com a FAE, orientar esse professor a compreender o documento e ensiná-lo a preencher a ficha de escolha, mas, tudo isso bem voltado para uma perspectiva burocrática.

É importante também ressaltar, que em 1985, a lei que se encontrava em vigor na Educação era a lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixava as diretrizes e as bases para o ensino de 1º e 2º graus. Desse modo, no contexto dessa lei, a educação obrigatória brasileira era o 1º grau que compreendia o ensino da 1ª a 8ª série (hoje o Ensino Fundamental) e 2º Grau correspondente ao Ensino Médio. Na alfabetização, em algumas redes de ensino, ocorria o que era comum ser chamado de pré-alfabetização, anterior à 1ª série. Essa LDB 5692/1971 estabelecia que a educação obrigatória seria dos 7 aos 14 anos, ou seja, o 1º Grau.

Em 1997, ainda pela FAE, o Manual passou a ser chamado de Catálogo. Assim, a partir de 2002, o documento de orientação da escolha do livro didático teve, novamente, seu nome modificado, passou a ser chamado de Guia do Livro Didático e permanece assim até os dias atuais. No entanto, apesar de ter sido chamado de tais nomes, manteve sua finalidade no decorrer dos anos, que é de divulgar os livros que se enquadram dentro dos requisitos pré-estabelecidos pelo MEC/FNDE para orientar os docentes a realizarem a escolha do livro didático.

Enquanto Manual – (compreende o período de 1985 a 1992), o documento apresentava uma descrição minuciosa do processo burocrático de escolha do livro didático e em seguida mostrava relação das obras contendo as seguintes informações: código da obra; título, autor,

existência ou não de manual do professor; existência ou não de caderno de atividades e o nome da editora.

O Manual era organizado por série e pelas disciplinas que compunham o currículo da época. Sendo que em 1985, os livros didáticos foram organizados conforme mostra a Figura 1:

333

SÉRIE	COMPONENTE CURRICULAR
1ª	Cartilha/Pré-Livro/Leitura Intermediária
	Comunicação e Expressão/Matemática
2ª	Comunicação e Expressão/Matemática
3ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Estudos Sociais/Ciências
4ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Estudos Sociais/Ciências
5ª	Comunicação e Expressão/Matemática
6ª	Comunicação e Expressão/Matemática
7ª	Comunicação e Expressão/Matemática
8ª	Comunicação e Expressão/Matemática

Figura 1 – Apresentação dos componentes curriculares que poderiam ser escolhidos pelos professores em 1985.

Fonte: Manual PNLD – 1985. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/10528-04-de-abril-de-2017>.

Já, em 1987, conforme a Figura 2, mais disciplinas do currículo passam a ser atendidas pelo livro didático.

SÉRIE	MATÉRIA
1ª	Cartilha/Pré-Livro/Leitura Intermediária
	Comunicação e Expressão/Matemática
2ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Estudos Sociais/Ciências
3ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Estudos Sociais/Ciências
4ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Estudos Sociais/Ciências
5ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Geografia/História/Ciências
6ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Geografia/História/Ciências
7ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Geografia/História/Ciências
8ª	Comunicação e Expressão/Matemática/Geografia/História/Ciências

Figura 2 – Apresentação dos componentes curriculares que poderiam ser escolhidos pelos professores em 1987.

Fonte: Manual PNLD – 1987. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/10529-guia-pnld-1987>.)

Em 1988, manteve-se a mesma organização dos componentes curriculares apresentados em 1987.

Em 1992, acrescentou-se à 1ª série o componente curricular de Estudos Sociais e de Ciências. Além disso, foi assegurada da 1ª a 7ª série a opção de escolher o livro multidisciplinar. Também, nesse ano, foram disponibilizados alguns outros livros que contemplavam os conteúdos transversais, tais como: Educação Ambiental e Educação para a Saúde da 1ª a 8ª série; Educação para o Lar, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais, Inglês, Francês, Espanhol e Alemão, apenas para os estudantes da 5ª a 8ª série. Por último, era apresentada a lista das editoras.

Observa-se, que a partir de 1992, houve uma mudança na nomenclatura do componente curricular/disciplina de Comunicação e Expressão, passando a ser empregado Língua Portuguesa.

Esse Manual foi elaborado com a finalidade de orientar os professores em relação ao processo burocrático envolvendo a escolha do livro didático, conforme afirmação contida no Manual: “A FAE preparou este **MANUAL** (sic) que contém orientações gerais, uma relação de livros didáticos com novos códigos e uma **FICHA** (sic) para **NOVA ESCOLHA** (sic) dos livros escolhidos pelos professores da escola.” (MANUAL, 1985, p.3)

No de Catálogo (1997), houve uma mudança na estrutura do documento, passando a ter a seguinte estrutura textual:

- Catálogo contendo a relação dos títulos, com os respectivos códigos e os títulos das obras por série e por disciplina, em ordem alfabética;
- O Formulário vinha encartado na parte central do catálogo. Vale ressaltar que esse material era enviado para cada escola, mas todos os campos de identificação da unidade de ensino já vinham devidamente preenchidos e depois de serem finalizados, eram devolvidos à FAE. As despesas com correio também eram pagas com recursos da FAE;
- Guia – apresentava a resenha dos títulos e, no catálogo assinalava-se com asterisco indicando: ** livro recomendado pelo MEC e * livro recomendado com observação.

O Guia do livro didático surge em 2002, além se chamar Guia, também tiveram outras mudanças, sendo:

- Garantia de parâmetros curriculares básicos em nível nacional, ou seja, segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN⁴) consolidados em 1997 para a 1^a a 5^a série; em 1998 para a 6^a a 8^a série; e em 2000 para o ensino médio;
- Algumas universidades puderam participar do processo de avaliação, juntamente com os especialistas;
- Os livros passaram a ser avaliados por coleção (contendo livro de todas as disciplinas disponibilizadas para o ano e série), a partir da 1^a série, mantendo somente a alfabetização (pré-escola) com o livro didático;
- É disponibilizada a lista dos excluídos. Com isso, as editoras que quiserem novamente submeter um livro para entrar no Guia deveriam apresentar uma revisão comprovada nos problemas apontados;
- Agora o livro didático conseguia chegar a tempo para a escolha e para o início do ano, além de em 2002, começar a distribuição dos dicionários;

Mas também houve mudança em sua estrutura textual;

- As coleções passaram a ser classificadas com a seguinte valoração: a) Recomendadas com distinção identificada com três estrelas; b) Recomendadas com identificação de duas estrelas e c) Recomendadas com ressalvas identificadas com uma estrela);
- As resenhas das coleções recomendadas foram divididas por área de conhecimento, demarcadas com cores distintas;
- Apresentação dos princípios gerais e critérios comuns para a escolha dos livros didáticos por parte dos especialistas, além dos critérios eliminatórios;
- Resenha das obras contendo as seguintes informações: código da obra; título, autor, imagem da capa do livro; o “por que” da seleção de determinada obra; descrição da coleção; descrição da análise; e o tópico “sala de aula” que aponta cuidados que o professor deve ter no seu uso cotidiano. Além de manter características comuns como orientações para preenchimento do formulário, ficha e afins.

Esses Guias desempenham três funções, conforme afirmação obtida no site do Ministério da Educação, sendo:

⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Também sendo possível acessar pelo link: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>.

1 – A primeira delas é de orientação aos docentes da Educação Básica para que possam melhor realizar o processo de escolha das obras que serão utilizadas nas escolas do Brasil. O destinatário inicial do Guia é, portanto, o coletivo de docentes de cada unidade ou rede escolar, que deve dispor de todas as orientações, informações e reflexões possíveis, de modo a sentir-se fundamentado na apreciação e decisão sobre as obras que melhor possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades didáticas, em conformidade com o projeto político-pedagógico da escola.

2 – O Guia enuncia, também, os pressupostos da avaliação pedagógica, efetivados em observância ao Edital do Programa e em conformidade com afirmações acadêmicas atualizadas. Destina-se, por essas razões, igualmente aos pesquisadores e demais interessados em compreender, acompanhar e refletir sobre o alcance, limites e contribuições das obras e do PNLND, em seu amplo espectro. Além de obras com perspectivas pedagógicas diferenciadas, o Guia de livros didáticos apresenta reflexões fundamentais à formação docente no tocante aos processos de mediação pedagógica.

3 – Com efeito, esta é outra função do Guia, a de facilitar o debate público e social acerca dessa importante política pública, sendo mediador de concepções, afirmações e convocações com impactos no campo do currículo e da experiência social. Como instrumento público, o Guia cumpre, ademais, a função de apresentar os parâmetros de efetivação legal do Programa, contendo os elementos que norteiam a procedimentos de aquisição e distribuição das obras às escolas do País. No momento da escolha é importante que os professores selecionem obras consonantes aos pressupostos educacionais dispostos no projeto da escola, observando o cuidado em escolher obra e primeira e em segunda opção, de editoras diferentes. (MEC⁵, 2018).

Pode-se perceber nos discursos do Guia que as mudanças na estrutura do material, correspondem à Reforma Curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que influenciou não apenas o livro didático, mas no currículo da escola.

Apresenta-se, no Quadro I, uma síntese de todos os Guias do PNLND que foram publicados pela FAE/FNDE/MEC, organizados pelo ano em que os Guias foram publicados e a etapa da Educação Básica seria atendida naquele período. A cor cinza do Quadro1 abrange o período de 1985 a 2010 (período em que o Ensino Fundamental tinha duração de 8 anos), na cor rósea o período de 2011 a 2019 (Implantação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos) e em vermelho o período de 2020 a 2022 (Reforma Educacional após o *impeachment* de 2016 da Presidente Dilma Rousseff).

Quadro 1 – Levantamento dos Guias do PNLND (Manual e Catálogo) e dos níveis de ensino/modalidade atendidos no período de 1985 a 2022.

Resumo dos Guias do PNLND de 1985 a 2022

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12637-guias-do-programa-nacional-do-livro-didatico>.

	Educação Infantil/ Alfabetização	Ensino Fundamental ⁶		Ensino Médio	EJA	Campo
		Anos iniciais	Anos finais			
1985	X	X	X			
1987	X	X	X			
1988	X	X	X			
1991 ⁷	X	X	X			
1992	X					
1997	X	X	X			
2002 ⁸			X			
2004		X				
2005			X			
2006				X		
2007		X				
2008			X	X	X	
2009				X		
2010		X			X	
2011			X		X	
2012				X		
2013		X				X
2014			X		X	
2015				X		
2016		X	X			X
2017			X			
2018				X		
2019						
2020			X			
2021				X		
2022	X					

Fonte: Quadro elaborado pela autora baseada nas informações obtidas no site do FNDE: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld?limitstart=0>. E também no site do Guia Digital: <https://pnld.nees.ufal.br/>.) *Observação: O Guia de 2019 não abre, a tela fica branca.

⁶ Até 2010 o Ensino Fundamental tinha duração de 8 anos e a denominação empregada era série só a partir de 2010, quando houve a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos. Até esse período existia, em alguns sistemas de ensino, a pré-alfabetização, destinado ao início sistemático do processo de alfabetização. Após a ampliação do Ensino fundamental para 9 anos a pré-alfabetização foi incorporada ao Ensino Fundamental e a denominação empregada deixou de ser série e passou a ser ano, o que era pré-alfabetização passou a ser o 1º ano do Ensino Fundamental.

⁷ No site <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/10531-guia-pnld-1991> é anunciado o Guia 1991, mas o documento disponibilizado é o mesmo disponibilizado o de 1988.

⁸ Em 2002 o PNLD deixa de ser executado pela FAE e fica sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Fundamental (SEF) em parceria com o FNDE

Assim, de 1985 a 2022, foi encontrado um total de 30 documentos: Manual, Catálogo e Guias do livro didático dirigido aos professores das diferentes etapas da Educação Básica.

A partir de 2002, passou a conter no Guia as avaliações dos livros didáticos, conforme apresentado em parágrafos anteriores, sendo (recomendados com distinção, recomendados e recomendados com ressalvas). Segundo Munakata (2012), citando Cassiano (2007), a forma de expressar o resultado das avaliações precisou ser modificada, pois, utilizavam-se quatro categorias: recomendados com distinção; recomendados; recomendados com ressalvas e não recomendados ou excluídos. Ocorre que:

A alta incidência de escolha de livros não recomendados fez com que se abolisse essa categoria, que passou a engrossar o rol dos excluídos do Guia de livro didático. As constantes reclamações por parte de autores e editoras também acabaram por eliminar a classificação e, do Guia, passaram a constar apenas os livros aprovados. (CASSIANO, 2007, *apud* MUNAKATA, 2012, p. 189).

A partir de 2005, os Guias passam a conter apenas os aprovados, sendo descrito no próprio documento que os que não cumprem os requisitos foram excluídos e estão presentes apenas os classificados mesmo que com ressalvas. Para se inteirar dessas avaliações, o professor precisaria ler as resenhas do Guia.

Para realizar essa avaliação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – (FNDE)⁹ publica editais com os informes relacionados à contratação de serviço das empresas editoriais. Nos editais, contêm a proposta de preços, os critérios para julgamento das propostas, as condições para participação, as condições para habilitação, a interposição dos recursos, a execução dos serviços, prazos, local de entrega, pagamentos, dentre outros itens do documento. No edital também vem especificado o que se espera que as editoras entreguem de material, ou seja, os critérios para que os livros didáticos das editoras cheguem a compor os Guias do PNLD. Já, nos Guias, são disponibilizados para o professor os critérios pedagógicos, os gráficos empregados na análise e seleção, e, quando atendida as exigências estabelecidas, os livros das editoras passam a compor o Guia.

Abaixo, apresenta-se o Quadro II contendo os critérios definidos pelo MEC/FNDE que serviram de orientação auxiliando como parâmetro para as avaliações do livro e que passam a compor o conteúdo do Guia. O Quadro II apresenta as séries 2007, 2010, 2013 e 2016 destinadas à alfabetização:

⁹ Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

Quadro 2 – Levantamento dos critérios classificatórios da avaliação do livro didático de língua portuguesa, contido nos Guias do PNL D de 2007 a 2016, destinados a alfabetização.

Critérios classificatórios da avaliação do livro didático de língua portuguesa: anos iniciais de 2006 a 2017			
2007	2010	2013	2016
Estimule reflexão	Coerência e adequação metodológica	Desenvolvimento da linguagem oral	Desenvolvimento da linguagem oral
Favoreça a construção de conceitos	Respeito às especificidades do manual do professor	Apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita	Apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita
Promova situações de uso de escrita	Adequação da estrutura editorial e dos aspectos gráfico-editoriais	Práticas de letramento associada ao exercício da cidadania e participação social	Práticas de letramento associada ao exercício da cidadania e participação social
Variedades regionais e sociais	Correção dos conceitos e informações básicos	Domínio da escrita alfabética	Domínio da escrita alfabética
Atividades de leitura como interlocutor	Observância de preceitos éticos, legais e jurídicos	Proficiência em leitura e escrita	Proficiência em leitura e escrita
Reconstrução de sentidos do texto	Desenvolvimento da proficiência em leitura	Fruição estética e apreciação da literatura associada a língua portuguesa	Fruição estética e apreciação da literatura associada a língua portuguesa
Explore propriedades discursivas e textuais	Situação efetiva de interlocução	Atitudes, competências e habilidades na compreensão da variedade linguística	Atitudes, competências e habilidades na compreensão da variedade linguística
Estratégias e capacidades inerentes à proficiência em leitura	Reconstrução dos sentidos do texto	Domínio das normas urbanas de prestígio	Domínio das normas urbanas de prestígio
Solicitação de reflexões morais, éticas, estético e afetivo	Explore propriedades discursivas e textuais	Compreensão de aspectos do funcionamento da língua	Compreensão de aspectos do funcionamento da língua
Visar a proficiência em escrita	Solicitação de reflexões morais, éticas, estético e afetivo	Reconstrução de sentidos do texto	Reconstrução de sentidos do texto
Uso social da escrita	Uso social da escrita	Uso social da escrita	Uso social da escrita
Diversos gêneros e tipos textuais	Desenvolvimento da proficiência em escrita	Atividades de leitura como interlocutor	Atividades de leitura como interlocutor
Desenvolvimento da proficiência oral	Abordagem de textos de valor artístico	Textos pela qualidade da experiência de leitura	Textos pela qualidade da experiência de leitura
Estrutura e mecanismo dos gêneros e tipos textuais	Diversos gêneros e tipos textuais	Autores representativos de tendências, estilos e/ou movimentos	Autores representativos de tendências, estilos e/ou movimentos
Norma culta	Domínio da escrita alfabética	Textos pertencentes as esferas sociais	Textos pertencentes as esferas sociais
Favoreça a linguagem oral	Favorecer a linguagem oral	Mais textos integrais e menos fragmentos	Progressão na complexidade dos conteúdos
Variação e heterogeneidade linguística	Variação e heterogeneidade linguística	Fontes completas dos textos	Fontes completas dos textos
Ser legível	Progressão na complexidade dos conteúdos	Progressão na complexidade dos conteúdos	Mais textos integrais e menos fragmentos

Bem ilustrado	Proposta de pequenos projetos de pesquisa	Diversos gêneros e tipos textuais	Coerência de princípios e objetivos pré-estabelecidos
Sumário e organização interna	Unidades de estudo por palavras-chave e letras do alfabeto	Explicitação das concepções de linguagem, ensino-aprendizagem e as teorias da metodologia	Explicitação das concepções de linguagem, ensino-aprendizagem e as teorias da metodologia
Impressão isenta de erros graves		Explorar diferença e semelhança do oral e escrito	Explorar diferença e semelhança do oral e escrito
Evitar estereótipos, preconceitos e propagandas		Variação e heterogeneidade regionais e sociais	Variação e heterogeneidade regionais e sociais
		Organização do sumário	Organização do sumário
		Imagens que auxiliem na compreensão do texto	Imagens que auxiliem na compreensão do texto
		Exploração de diferentes tipos de letras	Diversos gêneros e tipos textuais
		Tamanho de letra, espaço entre linhas adequadas	Tamanho de letra, espaço entre linhas adequadas

Fonte: Quadro construída pela autora com base nas informações contidas nos Guias de 2007, 2010, 2013 e 2017. Disponíveis em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld>.)

Como é possível perceber, com o passar dos anos, os elementos de análise foram sendo ampliados, aumentando o nível de exigência dos livros didáticos, mas mantendo a maioria dos critérios. Também é possível perceber que de 2013 a 2016 praticamente nada foi mudado nos critérios. No texto dos editais e Guias é apresentado o que é esperado dos professores, em termos do que eles precisam ensinar, assim de certo modo, esses editais e Guias passam a influenciar no currículo da escola, na medida em que há um vínculo entre o que é previsto em termos de habilidades e competências a serem ensinadas com o que é cobrado nas avaliações padronizadas. Porém, a grande pergunta que precisa ser refletida é: esses critérios dão conta de assegurar que os conteúdos associados a eles tenham um nível de aprofundamento que, de fato, contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico, cultural e filosófico dos estudantes? Para responder tal questionamento seria necessária uma análise de tais livros e editais a fundo, sendo alvo de estudos futuros.

CONCLUSÃO

Como foi possível perceber no Quadro 2, a definição e uso de critérios de aprovação do livro didático muito se assemelhou de um ano ao outro, tendo poucas modificações, o que nos leva a questionar se realmente houve mudanças nesses critérios ou foi apenas uma maneira de conservar os valores da sociedade capitalista e do grupo de poder e prestígio do país. Afinal, esse livro é baseado no currículo que foi pensado de acordo com esses interesses, ao que Silva

(1999) diz, este currículo é um espaço de disputas e de perpetuação das relações de poder, ficando cada vez mais enrijecido a cada nova política que, mesmo usando a justificativa da mudança, não a modifica em sua essência, mas reforça seus ideais. Portanto, o livro didático carrega decisões políticas definidas por um determinado grupo de intelectuais.

No final, vale a pena refletir quem realmente ganha com o livro didático? A Educação ou as empresas que comercializam livros? Os professores ou os empresários? Os alunos ou as editoras? Não se pode esquecer o tão rentável é investir em um livro didático, que não apenas é produzido anualmente gerando lucros constantes para as editoras, mas também, desvia a atenção da obrigação de se pensar em outras necessidades da Educação, tais como: escolas bem equipadas com bibliotecas, laboratórios e professores com sólida formação científica.

Sanar todos os questionamentos é questão para futuras pesquisas, dada a relevância e atualidade do presente tema. Encerro, portanto, com as falas de Hoffling (2001) “Mais do que oferecer “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais.” (p. 40), portanto, defende-se o direito à Educação, tanto de alunos como de professores, para a formação do cidadão crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116 da Independência e 49º da República. Disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm. Acesso em: 06/09/2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm#:~:text=Art.,o%20exerc%C3%ADcio%20consciente%20da%20cidadania. Acesso em: 06/03/2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.099 de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, 18 de julho de 2017. 196º da Independência e 129º da República. Disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm. Acesso em: 06/09/2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. 175º da Independência e 108º da

República. Disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22/03/2022.

BRASIL. **Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em 25/01/2022.

HOFLING, Eloisa de Mattos. “Estado e políticas (públicas) sociais”. In: HOFLING, Eloisa de Mattos; RODRIGUEZ, Vicente. **Políticas Públicas e Educação**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55. nov./2001. Disponível no endereço: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/275>. Acesso em: 19/01/2022.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa**. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 3 (30), 2012. p. 179 -197. Disponível no endereço: https://www.researchgate.net/publication/276007574_O_livro_didatico_alguns_temas_de_pesquisa. Acesso em: 31/05/2021.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. *Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, v.1, n. 3, 1996, 5 p. Disponível no endereço: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 06/09/2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TRICHES, Eliane. ARANDA, Maria Alice. **O percurso de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. In: III Seminário Formação Docente: intersecção entre universidade e escola – formação de professores no contexto de reformas (Anais). 2018. Mato Grosso do Sul. s/p. Disponível no endereço: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/4678>. Acesso em: 18/03/2022.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre a trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. 2017. Tese (doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível no endereço: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/09/Tese-Zeneide-Paiva-Pereira-Vieira.pdf>. Acesso em: 22/03/2022.